

## EDITORIAL

### A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NOVAMENTE NO CENTRO DOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Lauro Mattei<sup>1</sup>

Há décadas o atual modo de produção capitalista vem apresentando crises recorrentes. Tal fato aparece de diferentes maneiras e em distintos locais, tendo recebido, inclusive, denominações indevidas. Tal fenômeno tem provocado impactos sobre os rumos do desenvolvimento em diversas regiões do planeta, recolocando na ordem do dia a necessidade de se rediscutir o atual padrão de desenvolvimento mundial, particularmente em países dependentes da ordem econômica global, como é o caso da maioria dos países latino-americanos.

Neste contexto, o debate sobre desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e os graves problemas sociais e ambientais decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados de trabalho e de bens e serviços básicos.

No caso brasileiro, o debate sobre o desenvolvimento foi retomado considerando-se alguns aspectos fundamentais que deveriam fazer parte de um novo projeto nacional desenvolvimentista, tendo em vista os limites apresentados pelo modelo que vigorou depois do Pós-Guerra até as grandes crises econômicas, sociais e ambientais que atingiram o país, especialmente nas décadas de 1980 e de 1990.

O Novo Desenvolvimentismo entende que a indústria brasileira já está madura e que, portanto, não faz mais sentido no estágio atual manter um protecionismo indiscriminado que

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT e editor da Revista NECAT. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br

já deveria ter sido eliminado a partir dos anos de 1960/1970, período em que a combinação de um modelo exportador com o desenvolvimento do mercado interno deveria ter sido a estratégia que agora está sendo debatida.

Além disso, afirma-se que no atual estágio produtivo não faz mais sentido a existência de um “Estado-Empresário”. Isto não quer dizer que esteja sendo defendida a ideologia do “Estado Mínimo”, ao contrário, propõe-se o fortalecimento do Estado nos campos político, regulatório, administrativo e social. Paralelamente a isso, destaca-se a importância da adoção de uma política industrial, porém esta deve estar situada no âmbito da política macroeconômica do país com o objetivo de estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional.

Desta forma, na estratégia “novo desenvolvimentista” o Estado continua tendo papel de destaque, porém com funções distintas daquelas exercidas no período anterior. Dentre suas principais funções, destacam-se: a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas em favor do crescimento do país; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda.

Além disso, a estratégia “novo desenvolvimentista” prevê uma ação forte do Estado na área social com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais. Para tanto, devem ser fortalecidos os programas sociais universais, sobretudo nas áreas de saúde, educação, nutrição e assistência social, combinados com ações focalizadas, como o programa de renda mínima.

Finalmente, o novo desenvolvimentismo entende também que o Estado ainda pode investir em alguns setores estratégicos, porém não com base nos endividamentos do passado recente. Isto porque os tempos atuais mostram que também o setor privado nacional deve disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos. Neste caso, caberia ao Estado ser o defensor e garantidor da concorrência capitalista.

Essas proposições indicam a necessidade de fortalecimento de um Estado-Nação que seja capaz de cuidar, primeiramente, dos interesses do povo a ele circunscrito e, posteriormente, reestruturar sua inserção global por meio da participação em fóruns internacionais visando à cooperação com as demais nações do mundo.

Neste novo cenário, observa-se que o país adotou uma estratégia política que se coloca na direção frontalmente oposta àquela trajetória neoliberal das duas últimas décadas do século XX. Por um lado, a política macroeconômica encontra-se assentada na defesa da produção nacional e do mercado doméstico e, por outro, adotaram-se políticas sociais distributivas e de articulação de um sistema de proteção social voltado à erradicação de um dos principais flagelos sociais: o elevado índice de pobreza da população brasileira.

Mesmo com essa perspectiva acima descrita, observa-se que a temática da sustentabilidade ainda está pouco presente nas discussões sobre desenvolvimento, as quais continuam fortemente condicionadas pela questão econômica imediata, ficando praticamente ausente a agenda que deveria estar atrelada às três esferas básicas da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Pensando nesta direção, organizou-se a edição deste novo número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento” e assinado por Hans Michael Van Bellen e Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi, discute o processo de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. Para tanto, os autores destacam a emergência da crise ambiental e suas diferentes interpretações teóricas pelas várias áreas de conhecimento, merecendo ênfase a realização, no ano de 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, momento em que o conceito de ecodesenvolvimento passou a ter destaque internacional. Desde então ocorreram grandes avanços científicos que acabaram desembocando no que conhecemos atualmente como “desenvolvimento sustentável”. Tal enfoque, na essência, pressupõe mudanças radicais no atual paradigma econômico e social visando atender demandas e necessidades das gerações presentes e futuras.

O segundo artigo, intitulado “Sustentabilidade na produção artesanal de vinho nos vales de uva Goethe – Santa Catarina” e assinado por Vinicius Medeiros Réus, Júlio César

Zilli e Adriana Carvalho Pinto Vieira, buscou identificar diferentes práticas sustentáveis na produção de vinho que tem como matéria prima a uva Goethe. Para tanto, fez-se uma abordagem qualitativa neste setor após o mesmo ter recebido, no ano de 2012, o registro da Indicação Geográfica, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, em 2012. Dentre as principais práticas consideradas sustentáveis pelos autores destacaram-se o reaproveitamento de outras partes da fruta; a reutilização das garrafas; e a economia de energia. Ao final os autores concluíram que, além dessas práticas mencionadas, é fundamental que as vinícolas incorporem novas práticas sustentáveis, tanto na esfera da produção como da comercialização.

O terceiro artigo, “Condicionamentos políticos do desenvolvimento regional em Santa Catarina: o caso do orçamento regionalizado da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque-SC no período de 2008 a 2015” e com autoria de Thaise Vila Nova e Luciana Butzke, apresenta o tema do desenvolvimento regional em Santa Catarina, tomando como referência de análise a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Brusque com o intuito de compreender de que forma os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e podem provocar efeitos negativos na própria dinâmica do desenvolvimento regional. Os resultados finais do estudo corroboram a hipótese de que a definição e prioridades definidas no orçamento regionalizado se guiam por critérios político-partidários que acabam induzindo a uma distribuição desigual dos recursos financeiros no âmbito interno da SDR.

O quarto artigo, intitulado “Vulnerabilidade social e juventude em Santa Catarina” e de autoria de Ivo Marcos Theis, Jamile Delagnelo Fagundes da Silva e Diego Boehlke Vargas, debate a problemática da vulnerabilidade social de jovens no estado de Santa Catarina a partir da articulação ente os temas da Educação e Desenvolvimento. Para tanto, utilizou-se como parâmetro analítico as informações e indicadores educacionais disponibilizados pelo INEP, procurando compreender as relações existentes entre a evasão escolar e a violência, bem como a relação entre o primeiro indicador e as dificuldades de inserção desses jovens no mercado de trabalho no estado catarinense. Partindo do pressuposto de que a educação consiste em um direito que integra o ordenamento jurídico nacional, os autores observaram